DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E ARTE: CAMINHOS DE EXPERIÊNCIA E CRIAÇÃO[1]

NON-FORMAL EDUCATION AND ART: PATHS OF EXPERIENCE AND CREATION

Ellen Cristina Roman[2]
Ana Lucia Ferreira da Silva[3]

RESUMO:
O artigo analisa a educação não formal como um campo autônomo de formação crítica e cultural, destacando sua articulação com a arte e a memória a partir da oficina "Memórias da Infância", fundamentada na metodologia Artográfica, tomando como princípio que a educação ocorre em múltiplos processos e espaços educativos. O estudo investiga como a educação não formal pode preservar sua autonomia e função emancipatória sem se submeter à lógica tradicional, formalizada e rígida. O objetivo é compreender as potencialidades formativas e sociais da arte nesses espaços, destacando sua capacidade de promover aprendizagens críticas e criativas. O trabalho, de abordagem qualitativa e interpretativa, fundamenta-se em autores que discutem a educação não formal e o ensino da arte, buscando analisar as experiências sensíveis que emergem em contextos comunitários e coletivos. A arte é entendida como prática investigativa e mediadora da aprendizagem, capaz de promover a expressão criativa, o diálogo e a reflexão crítica sobre a realidade. Os resultados indicam que a arte, quando integrada a práticas educativas não formais, promove a autonomia, a expressão criativa e o diálogo intergeracional, fortalecendo a cidadania e a participação social. Conclui-se que a oficina demonstrou o potencial da arte como mediadora de memórias e experiências sensíveis, revelando a importância da educação não formal como espaço de reflexão e emancipação.

Palavras-chave: Educação; Educação não Formal; Arte e Memória; Emancipação.

ABSTRACT:
This article analyzes non-formal education as an autonomous field of critical and cultural formation, highlighting its articulation with art and memory through the workshop "Memories of Childhood", grounded in the Artographic methodology, and based on the principle that education takes place through multiple processes and educational spaces. The study investigates how non-formal education can preserve its autonomy and emancipatory function without submitting to traditional, formalized, and rigid logic. The main objective is to understand the formative and social potential of art in these contexts, highlighting its capacity to promote critical and creative learning processes. Adopting a qualitative and interpretative approach, the research draws on theoretical contributions from non-formal education and art education to examine formative experiences that emerge in community and collective settings. Art is understood as an investigative practice and a mediator of learning, capable of fostering creative expression, dialogue, and critical reflection on reality. The findings indicate that art, when integrated into non-formal educational practices, enhances autonomy, creative expression, and intergenerational dialogue, strengthening citizenship and social participation. The study concludes that the workshop illustrates the potential of art as a mediator of memory and

[1] Trabalho elaborado a partir das discussões realizadas na disciplina "Educação não formal: fundamentos e práticas" do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPEdu/UEL.

[2] Estudante especial na Linha 1 - Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais de Educação do Núcleo 3-Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPEdu/UEL. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-2196-8936. E-mail: ellen.romanartes@uel.br.

[3] Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPEdu/da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e desigualdades. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7602-2810. E-mail: a.ferreira@uel.br.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

meaning-making, underscoring the relevance of non-formal education as a legitimate space for critical reflection and emancipatory formation.

Keywords: Education; Non-formal Education; Art and Memory; Emancipation.

INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho parte da compreensão de que educação e processos educativos ocorrem em diferentes tempos e espaços no decorrer da vida de cada pessoa. O ser humano não aprende apenas na escola, mas seu aprendizado se dá a todo tempo e em espaços diversos. Embora situa-se a educação formal como aquela que tradicionalmente ocupa um espaço de formação importante em especial nas sociedades modernas, demarca-se a existência de processos educativos em outros tempos e espaços. Neste trabalho, toma-se a educação não formal como foco de análise tendo em vista o reconhecimento de sua importância no tempo presente. Ainda que nem sempre valorizada por seu potencial educativo transformador, a educação não formal pode trazer importantes contribuições do ponto de vista formativo que envolvam diferentes sujeitos e faixas etárias, tanto em aprendizados relativos à leitura e à escrita, quanto a um conjunto de outros temas e aprendizagens envolvendo a cultura, a arte, a formação para a cidadania, dentre outros.

A educação não formal constitui um campo de aprendizagem que se desenvolve fora dos limites institucionais da escola, caracterizando-se pela flexibilidade, autonomia metodológica e valorização da experiência dos participantes. Diferentemente da educação formal, marcada por currículos rígidos e avaliações padronizadas, esse campo favorece processos de experimentação, criação e reflexão crítica, articulando dimensões cognitivas, culturais, sociais e afetivas. Presente em atividades comunitárias, artísticas e culturais, a educação não formal contribui para a construção de identidades individuais e coletivas e para aprendizagens significativas ancoradas na participação e no engajamento social.

Diante desse contexto, a pergunta que orienta o presente estudo é: como a educação não formal pode se constituir como campo autônomo de formação crítica e cultural, sem ser absorvida pela lógica da escola formal? Esta questão emerge da necessidade de compreender as práticas educativas que, embora dialoguem com o ensino escolar, preservam sua liberdade metodológica e potencial de articulação com ideias inovadoras. A indagação investiga as condições que possibilitam à educação não formal manter seu caráter crítico e emancipatório, analisando como experiências artísticas e culturais podem fortalecer a autonomia desses espaços diante das tentativas de escolarização e instrumentalização.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

Parte-se da hipótese de que a educação não formal perde seu caráter crítico e emancipatório quando é tratada apenas como extensão da escola ou como recurso para suprir suas limitações. Nesse cenário, práticas que poderiam promover experiências coletivas, reflexão crítica e criatividade, tornam-se funcionais e condicionadas a objetivos funcionalistas, limitando o desenvolvimento integral dos participantes. Essa redução compromete não apenas a aprendizagem significativa, mas também o potencial da educação não formal de formar sujeitos críticos, conscientes de seu contexto social e cultural.

A relevância do estudo reside na compreensão da educação não formal como um campo autônomo de formação e reflexão crítica, ainda pouco valorizado no Brasil. A pesquisa contribui para ampliar o debate sobre suas potencialidades educativas, especialmente em contextos comunitários, e para refletir sobre as tensões históricas e políticas que afetam sua autonomia, como processos de instrumentalização e assistencialismo. Ao discutir o diálogo entre educação formal e não formal, o estudo evidencia a importância de preservar o caráter emancipatório desse campo, fortalecendo a cidadania, a participação social e a valorização da diversidade de aprendizagens.

O trabalho tem como objetivo analisar as potencialidades da educação não formal em diálogo com a educação formal, a partir da experiência da oficina “Memórias da infância” que envolve a pesquisa com costura, arte e memória desenvolvida sob a perspectiva Artográfica, refletindo sobre seus sentidos formativos, críticos e culturais e discutir as principais concepções e tensões teóricas da educação não formal, situando-a em seu contexto histórico e político, analisando como a arte e a metodologia Artográfica podem atuar como mediadoras de aprendizagem, produção de conhecimento e construção de sentidos em contextos não formais.

O estudo evidencia a importância de reconhecer o potencial da educação não formal a partir da oficina “Memórias da infância”, que articula arte, costura e memória em uma prática coletiva e investigativa. A oficina[4] configura-se como espaço de formação crítica, social e

[4] A oficina foi desenvolvida na região oeste da cidade de Londrina, os sujeitos participantes foram adolescentes e adultos com idade entre 14 e 45 anos que habitam o entorno da Paróquia São José Operário e bairros adjacentes. A oficina tem duração de três horas, com intervalo de 20 minutos, totalizando 10 encontros, uma vez por semana. O tema inicia-se a partir de lembranças da infância, pensando em objetos e espaços que fizeram parte dessa fase e que de alguma forma impactam as recordações dos participantes. Brinquedos, objetos da casa, utensílios e bibelôs que geram nostalgia e recordações de momentos de nossa vida foram os norteadores das ações para o desenvolvimento da oficina. A oficina foi coordenada por pesquisas advindas de experiências com atividades cartográficas em disciplinas realizadas no curso de Artes Visuais que proporcionaram a exploração e o desenvolvimento de estratégias de usos do material. Posteriormente, considerando o local de aplicação e o público-alvo, foram realizados ajustes metodológicos com o objetivo de proporcionar a melhor experiência aos participantes, uma vez que não haveria máquinas de costura e toda a atividade seria desenvolvida por meio da manualidade.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

cultural, favorecendo a expressão criativa, a reflexão sobre as próprias histórias e o fortalecimento da cidadania. A análise dessas experiências demonstra o potencial da educação não formal para promover participação social, formação integral e autonomia educativa, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas pedagógicas sensíveis à diversidade de aprendizagens.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, centrada na compreensão das relações entre arte, memória e educação não formal, a partir da experiência metodológica da oficina "Memórias da infância", desenvolvida com base na metodologia Artográfica. A escolha por essa abordagem decorre da necessidade de compreender a complexidade simbólica, política e cultural das práticas educativas que ocorrem fora do sistema escolar, mas que dialogam com ele de modo crítico e propositivo.

A partir das considerações de Bauer e Gaskell (2002), a pesquisa busca compreender como os indivíduos constroem significados em contextos sociais e culturais com uma análise que integre todas as formas de expressão. Nesse enfoque, o objetivo trata da interpretação de experiências, práticas e narrativas que emergem do cotidiano dos sujeitos, considerando o contexto em que ocorrem e os sentidos que eles atribuem às suas ações.

A oficina construída pelos conceitos de arte e memória constitui-se como um dispositivo metodológico fazendo uso da Artografia, derivada da Pesquisa Educacional Baseada em Arte (PEBA), ou seja, uma prática situada na intersecção entre artista, pesquisador e professor (*Artist/Researcher/Teacher*). Nessa perspectiva, inspirada em Dias e Irwin (2023), a prática artística é entendida como forma de produção de conhecimento e como ação pedagógica, em que os processos de criação e reflexão se entrelaçam e produzem sentido.

Inserida no campo da educação não formal, a oficina desenvolve-se em um espaço de aprendizagem não escolar, baseado na voluntariedade, na participação ativa e na construção coletiva de saberes. Diferentemente da educação formal, que opera segundo currículos e certificações, a proposta da oficina privilegia a experimentação estética e a partilha de memórias, visando a configuração de um espaço de formação crítica, cultural e emancipatória, conforme defendem Torres (1992), Valla (1977) e Afonso (2001).

O percurso metodológico organiza-se em três eixos: pesquisa bibliográfica e teórica sobre educação não formal, que fundamenta a análise de suas tensões e potencialidades; realização da oficina "Memórias da Infância", que constitui o núcleo empírico da pesquisa por

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

meio da produção de imagens, textos e reflexões dos participantes; e análise interpretativa dos registros da oficina, articulando arte, memória, autonomia da educação não formal e formação cultural e emancipatória.

Essa metodologia permite compreender a oficina como espaço formativo e investigativo, que integra arte, pesquisa e ensino, evidenciando o potencial da educação não formal como campo que oferece autonomia, espaço para o desenvolvimento da criatividade e transformação de saberes.

ARTE E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO ESPAÇOS DE FORMAÇÃO

A educação não formal amplia a compreensão dos espaços e tempos de aprendizagem para além da escola, valorizando segundo Gohn (2009), práticas baseadas na experiência, na cultura e na convivência. A articulação com a arte, especialmente nesses contextos, favorece metodologias sensíveis e participativas, reconhecendo a diversidade e a potência criadora dos sujeitos. Diante das transformações contemporâneas, a educação não formal afirma-se como espaço de resistência e formação integral, promovendo pensamento crítico, emancipação e pertencimento social (Afonso, 1989).

Apesar de sua importância histórica e social, a educação não formal ainda é frequentemente subvalorizada e percebida apenas como complemento ou extensão da escola formal (Valla, 1977). Essa concepção reduz a autonomia e a potência transformadora desse campo, alterando práticas emancipatórias em ações utilitaristas, burocráticas ou assistenciais. Ao incorporar atividades artísticas, culturais e/ou comunitárias sem preservar sua liberdade metodológica, a educação não formal corre o risco de se tornar funcionalista, perdendo sua capacidade de fomentar pensamento crítico, pois segundo Paro (2010) a educação não se resume ao ensino de conteúdos, ela envolve a formação integral do indivíduo, incluindo valores, cultura, atitudes e capacidade crítica.

Por outro lado, quando estruturada como espaço autônomo de investigação, criação e diálogo, a educação não formal revela seu potencial de reconfigurar a experiência educativa, articulando arte, memória e conhecimento de forma integrada e significativa. Essa valorização se dá não apenas na produção estética ou cultural, mas também na construção de sentidos coletivos, reforçando laços comunitários e fortalecendo a autonomia dos participantes.

Ao ser reconhecida como espaço autônomo que produz diálogo e experimentações, revela sua potência transformadora. Oficinas e práticas artísticas, fundamentadas em metodologias investigativas, como a Artografia, demonstram que é possível integrar criação, pesquisa e ensino em experiências coletivas que estimulam a imaginação, a memória e a

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

participação ativa (Dias; Irwin 2023). Nessas situações, os participantes produzem arte, conhecimento e refletem sobre si mesmos, sobre a comunidade e sobre os contextos em que estão inseridos. A autonomia metodológica permite que os processos educativos sejam moldados de acordo com interesses e necessidades reais, garantindo que a educação não formal cumpra sua função emancipadora.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: HISTÓRICO, CONCEITOS E TENSÕES COM A EDUCAÇÃO FORMAL

A educação não formal ocorre fora da escola, mas possui intencionalidade formativa, objetivos e métodos próprios. Vinculada à ação política, aos movimentos sociais e aos projetos comunitários, ela contribui para a construção da cidadania e a transformação social. Contudo, ao ser subordinada à lógica burocrática da escola, corre o risco de perder sua autonomia crítica e seu potencial emancipador, especialmente em programas que incorporam atividades artísticas sem preservar sua liberdade metodológica e participativa (Torres, 1992). Essa observação é essencial para pensar os atuais programas de ampliação da jornada escolar, que frequentemente incorporam atividades artísticas e culturais sem preservar a liberdade metodológica e a natureza participativa dessas experiências.

Catini (2021) apresenta uma leitura histórico-crítica da educação não formal no Brasil, evidenciando que sua constituição esteve vinculada a projetos conservadores e estatais, sobretudo durante a Ditadura Militar, quando práticas de educação popular foram substituídas por programas como o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), marcados pela despolitização da alfabetização e pela subordinação à lógica do capital humano. Nos anos 1990, a expansão de ONGs e fundações empresariais consolidou um modelo orientado pela noção de "responsabilidade social", frequentemente desvinculado das dimensões críticas e culturais da formação. Nesse contexto, a educação não formal passou a direcionar-se majoritariamente às classes populares, associando-se à assistência social e à capacitação para o trabalho, por meio de ações educativas voltadas a trabalhadores e seus filhos (Catini, 2021).

Para Fernandes e Garcia (2019) as tensões da educação não formal surgem no pós-Segunda Guerra, quando o conceito foi institucionalizado pela UNESCO e apropriado por organismos internacionais como alternativa econômica à escolarização, o que reduziu seu potencial crítico e lhe atribuiu uma função compensatória. Fernandes e Garcia (2019) destacam, contudo, que a educação não formal não deve ser entendida de maneira limitada nem direcionada exclusivamente às classes populares. Segundo as autoras, as ações nesse campo não se restringem a um público específico, pois alcançam pessoas de diferentes idades

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

e grupos sociais, integrando os trajetos formativos das diversas classes de formas distintas e, em alguns casos, articulando-se ao percurso escolar.

Dessa forma, a educação não formal é um espaço de fronteiras móveis e permeáveis, que abrange desde práticas comunitárias até atividades culturais e artísticas em contextos urbanos. Seu fortalecimento depende do reconhecimento de sua autonomia e de sua relação complementar à educação formal, e não de sua subordinação a ela.

A partir de uma perspectiva sociológica, Afonso (1989) propõe que o campo da educação amplie seu objeto de análise, de modo a incluir as práticas não escolares e não formais. Para o autor, esses espaços se diferenciam da escola por sua voluntariedade, flexibilidade (de horário e ambiente, por exemplo) e caráter democrático, permitindo a construção de saberes vinculados à experiência e à participação cidadã. Afirma que a educação não formal:

> [...] embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolares) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a sua finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e de locais, e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (Blunt, 1988 *apud* Afonso, 1989, p. 79).

A flexibilidade do ensino de arte em espaços não formais favorece processos criativos colaborativos e contextualizados. Contudo, a incorporação dessas experiências pela escola pode levar à sua formalização excessiva, esvaziando seu potencial crítico. O desafio é articular educação formal e não formal sem comprometer a autonomia e a diversidade das aprendizagens, como alerta Palhares (2009).

Valla (1977) compreende a educação não formal como uma prática ancestral de transmissão de saberes, presente historicamente nas comunidades humanas. O autor a reconhece como um campo legítimo de formação cultural, social e política, destacando que os processos educativos ocorrem em múltiplos espaços além da escola, como a família, as comunidades e os ambientes culturais, o que amplia e democratiza o conceito de educação.

A perspectiva de Fernandes e Garcia (2019) reforça essa compreensão ao afirmarem que a educação não formal não se destina exclusivamente às classes populares, mas constitui um campo "[...] sem fronteira e topografia definidas e estanques, com mobilidade e permeabilidade" (Fernandes; Garcia, 2019, p. 500). Isso significa que ela pode ocorrer em diferentes contextos, sejam eles: culturais, artísticos, comunitários, científicos e com públicos

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

variados, tornando-se espaço de formação continuada, expressão criativa e construção de saberes partilhados.

Por fim, é importante lembrar, como enfatiza Paro (2010), que a educação, deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdo. Ela deve promover a apropriação cultural, o desenvolvimento da autonomia crítica e a formação de cidadãos conscientes e criativos.

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A ARTE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

A educação não formal é um processo educativo que acontece fora do ambiente escolar tradicional e abrange múltiplas dimensões de aprendizagem. Ela envolve o aprendizado político dos direitos de cidadania, a capacitação para o trabalho por meio do desenvolvimento de habilidades e potencialidades, e a formação para a vida coletiva, com foco na resolução de problemas comunitários e na leitura crítica da realidade social.

A flexibilidade metodológica de oficinas em espaços não formais e a valorização dos saberes locais permitem que a educação não formal atue em áreas não contempladas pela educação formal, promovendo aprendizagens vinculadas à vida cotidiana e à realidade dos grupos sociais (Gohn, 2009). No entanto, existe a ação de entidades do Terceiro Setor, que segundo a mesma autora, assumem uma orientação mais mercadológica, desvinculadas de sua origem associativa e dos movimentos sociais, enfrentam grandes dificuldades em promover processos de inclusão verdadeiramente emancipatórios. Isso ocorre porque suas ações carecem de vínculos de pertencimento com as comunidades e tendem a ser desterritorializadas, pautadas em intervenções pontuais e emergenciais que transformam cidadãos em meros usuários ou clientes de serviços (Gohn, 2009).

No âmbito do ensino da arte no Brasil, Barbosa (2011) consolidou o ensino da arte como área de conhecimento, ao propor a Abordagem Triangular, que integra fazer artístico, leitura da imagem e contextualização histórica e cultural. Essa proposta rompe com a visão tecnicista e defende uma prática pedagógica que valoriza tanto o processo criativo quanto a reflexão crítica sobre a arte e a cultura visual. De forma convergente, Hernández (2000) argumenta que o ensino de arte deve promover a construção de identidades e a leitura crítica das imagens e das narrativas visuais produzidas pela sociedade contemporânea. A arte, nesse sentido, torna-se um dispositivo de leitura do mundo, um modo de compreender e intervir na realidade.

Nesse contexto, a arte na educação não formal pode atuar como um disparador de experiências sensíveis e reflexivas, estimulando processos de leitura de mundo, expressão e construção coletiva de conhecimento (Dias; Irwin, 2023; Barbosa, 2008; Gohn, 2009).

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

As oficinas de arte, nesse sentido, funcionam como laboratórios de sensibilidade, nos quais a aprendizagem se dá pela experiência estética e pela reflexão sobre si e o mundo. Assim, a arte em espaços não formais torna-se não apenas instrumento de expressão individual, mas também ferramenta de formação que se alinha aos princípios fundadores da educação não formal enquanto campo crítico e transformador.

A proposta de oficina tem caráter voluntário e tem como objetivo difundir conhecimentos e experiências relacionadas às práticas artísticas desenvolvidas na região oeste da cidade de Londrina, promovendo o acesso à arte e fortalecendo a valorização cultural local. Realizada com adolescentes e adultos com idade entre 14 e 45 anos que habitam o entorno da Paróquia São José Operário e bairros adjacentes.

A oficina foi estruturada de forma a permitir a gradual evocação de memórias e sensações da infância, iniciando-se com uma roda de conversa. Nesse momento, os estudantes foram convidados a trazer um objeto significativo de sua infância. A dinâmica revelou-se bastante produtiva: os participantes compartilharam seus objetos, além de outras recordações, como fotos e caixas de memória, enquanto aqueles que não trouxeram objetos puderam relatar verbalmente suas experiências sobre a infância (Roman, 2025).

As artistas que fundamentaram as reflexões desta proposta de oficina foram Natalie Baxter (2019) e Leda Catunda (2003). Natalie Baxter utiliza, em suas obras, o processo de produção de colchas como um meio de conexão entre gerações, ressaltando que o ato de distribuí-las para familiares ou para a comunidade “[...] cria um legado em que a colcha serve para conectar o passado ao presente” (Baxter, 2019). Por sua vez, Leda Catunda manipula os materiais de forma a proporcionar-lhes vida e presença. Nos trabalhos da artista, os tecidos são empregados para encorpar e estruturar o corpo da obra. Dessa maneira, o uso de peças de enxoval, especialmente na primeira fase de sua produção, evidencia a transformação de objetos cotidianos em elementos significativos do campo artístico, conferindo-lhes dimensão simbólica e expressiva (Bamonte, 2010).

Delors (1996) destaca que a aprendizagem deve ocorrer ao longo da vida, integrando dimensões culturais, sociais e comunitárias que a escola tradicional nem sempre alcança. Ele propõe os “quatro pilares da educação”, defendendo a existência de espaços de aprendizagem que ultrapassem a sala de aula, como associações, museus, grupos culturais e experiências artísticas. Assim, a educação não formal se mostra essencial para atingir dimensões da vida e da cidadania que a escola formal, com seus currículos rígidos, não consegue alcançar.

Afonso (2001) também aborda essa ampliação ao mostrar que a educação não formal atua onde o Estado e a escola não chegam, como comunidades, movimentos sociais,

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

organizações populares e culturais. Esses espaços proporcionam práticas de solidariedade, crítica social e criação coletiva, abrindo caminhos para aprendizagens éticas e políticas negligenciadas pela escola formal.

Ao abordar a arte e as oficinas, partindo desses aspectos, pode-se observar o papel emancipador, quando os sujeitos se tornam protagonistas de seus processos de aprendizagem, no entanto como Peroni (2013) alerta que, no contexto das redefinições do papel do Estado e do avanço das parcerias público-privadas, as políticas sociais, inclusive as educacionais, tendem a perder seu sentido transformador quando assumem um caráter meramente compensatório. Para a autora, esse processo resulta no esvaziamento da dimensão democrática e emancipatória da educação, pois

> [...] Perdeu-se a discussão das políticas sociais como a materialização de direitos sociais. E assim, as lutas por direitos universais foram cedendo espaço para a naturalização do possível, aceitando a ideia de que o Estado 'em crise' não pode executar políticas, repassa para a sociedade civil, e focaliza na população em vulnerabilidade para evitar o caos social[...] (Peroni, 2013, p. 244-245).

Em outras palavras, quando a educação é reduzida a uma função compensatória ou assistencialista, deixa de promover emancipação e acaba reproduzindo as desigualdades que deveria combater, tornando-se instrumento de manutenção da ordem social vigente.

Conforme já apontava Dewey (2010) no livro *Arte como experiência*, a arte deve ser compreendida como uma experiência vivida e significativa, na qual o aprendizado emerge da interação entre o sujeito e o mundo. Nesse processo, a arte assume papel essencial ao integrar pensamento, emoção e ação, possibilitando que o conhecimento se construa por meio da sensibilidade e da prática reflexiva. Assim, o educador atua como mediador e provocador de experiências criativas, promovendo uma pedagogia da experiência e da descoberta, em que aprender é também vivenciar e criar (Dewey, 2010; Dias; Irwin, 2023). Esses espaços não formais configuram-se como territórios de descoberta, nos quais as oficinas de arte possibilitam aprendizagens fundamentadas na experiência sensível e na prática.

E deve-se pensar, também, na ação do educador na educação não formal exerce um papel que vai muito além da simples transmissão de conhecimentos e atua como mediador de saberes, facilitador de processos coletivos e agente de transformação social. Diferentemente do professor da escola formal, Gohn (2009) assevera que o educador no campo não formal trabalha em contextos comunitários, culturais, associativos ou populares, onde o aprendizado se dá a partir das vivências e das práticas sociais dos participantes.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

Gohn (2009) afirma que o educador nesses espaços deve articular teoria e prática, unindo o saber acadêmico ao saber popular, promovendo um diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Contudo, ressalta que embora a espontaneidade tenha valor no campo da criação e da convivência, o trabalho do educador social não pode depender apenas dela. A atuação do educador exige, conforma evidencia Gohn (2009) intencionalidade pedagógica, sustentada por princípios, métodos e metodologias que orientem a prática educativa de forma crítica e transformadora.

O trabalho educativo nesses espaços está profundamente ligado à cidadania e à cultura política, pois o educador atua na formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de intervir na realidade social, estimulando o pensamento crítico, ajudando os sujeitos a compreenderem as estruturas sociais e a se reconhecerem como protagonistas de sua própria história.

Ao articular a educação não formal com dimensões estéticas e culturais, evidencia-se a necessidade de reconhecê-la como campo autônomo, que dialoga com a escola sem se submeter a ela. Tal perspectiva permite pensar a educação não formal como elemento estratégico na formação integral do indivíduo, valorização da criatividade, expressão cultural e participação comunitária como partes centrais da aprendizagem.

A experiência da oficina “Memórias da Infância” evidenciou que a utilização da arte como prática educativa em um espaço não formal favorece a emergência de narrativas pessoais e coletivas, mobilizando memórias, afetos e saberes vinculados às trajetórias dos participantes. A escolha da costura como linguagem artística permitiu que os sujeitos estabelecessem relações entre experiências individuais e dimensões simbólicas compartilhadas, ampliando as possibilidades de expressão e reflexão.

Os registros produzidos ao longo da oficina indicam que o processo criativo estimulou a participação ativa e o diálogo entre diferentes gerações, contribuindo para a construção de sentidos coletivos e para o fortalecimento de vínculos comunitários. A metodologia Artográfica mostrou-se adequada para integrar criação artística, investigação e reflexão pedagógica, possibilitando compreender a prática artística como forma de produção de conhecimento.

Observou-se, ainda, que o caráter voluntário e não escolar da oficina favoreceu uma relação menos hierarquizada entre educador e participantes, permitindo que os saberes prévios fossem incorporados ao processo formativo. Esses elementos reforçam o potencial da educação não formal como espaço de experimentação pedagógica e cultural, no qual a arte atua como mediadora de aprendizagens significativas.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

As atividades estão em andamento e têm se caracterizado pela construção colaborativa de experiências artísticas e reflexivas, nas quais memória, identidade e expressão visual se unem. Demarcando o potencial da educação não formal quanto a aspectos formativos emancipatórios, da linguagem artística como promotora de partilha de experiências entre sujeitos e gerações e da metodologia Artográfica como geradora de atos e reflexões pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que práticas artísticas desenvolvidas em contextos não formais podem ampliar os modos de aprender e de produzir conhecimento, especialmente quando articuladas à memória e à experiência dos sujeitos. A oficina analisada revelou que a educação não formal oferece condições favoráveis para processos educativos baseados no diálogo, na participação e na construção coletiva de sentidos.

Os resultados reforçam a importância de reconhecer esses espaços como territórios legítimos de formação, capazes de contribuir para a autonomia dos participantes e para o fortalecimento de vínculos sociais e culturais. Ao não se submeter à lógica curricular e avaliativa da escola, a educação não formal preserva sua capacidade de experimentar metodologias sensíveis e criativas, fundamentais para o ensino da arte.

Por fim, o estudo conclui que a articulação entre arte, memória e educação não formal pode contribuir para práticas educativas mais críticas e que situadas no contexto daqueles que participam, ampliando o debate sobre formação integral e sobre o papel da arte nos processos de aprendizagem ao longo da vida. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise dessas experiências, explorando outros contextos comunitários e linguagens artísticas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. A sociologia da educação Não-formal e a formação de animadores/ agentes de desenvolvimento local. **Forum**. n. 6, out. 1989. Universidade do Minho. Disponível em: https://revistas.uminho.pt/index.php/forum/article/view/4377/4690. Acesso em: 13 out. 2025.

AFONSO, A. J. Os lugares da educação. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Morais von; PARK, Margareth Brandini; Fernandes Renata Sieiro (Orgs.). **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/ Centro de Memória, p. 29-57, 2001.

BAMONTE, J. L. B. M. A obra de Leda Catunda: processo de criação e raciocínios femininos a partir de uma entrevista. **Visualidades**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 139-155, jul./ dez., 2010.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

Disponível em: https://revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/18279/10918. Acesso em: 14 de. 2024.

BARBOSA, A. M. **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, A. M.; COUTINHO, R. Ensino da Arte no Brasil: uma história que vai da dependência à antropofagia. *In:* **Ensino da arte no Brasil: Aspectos históricos e metodológicos**. São Paulo: UNESP/Redefor, 2011. Cap. I, p. 04-36.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CATINI, C. Educação não formal: história e crítica de uma forma social. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/T9cHypgGYtCzYFYD4ftqdrr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 set. 2025.

DEWEY, J. Ter uma experiência. *In*: DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DIAS, B.; IRWIN, R. L. (Orgs.). **Pesquisa Educacional Baseada em Arte**: A/r/tografia. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2023.

FERNANDES, R. S.; GARCIA, V. A. Educação não formal no contexto brasileiro e internacional: tensões que perpassam a formulação conceitual. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 2, p. 498-517, 2019. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/7200. Acesso em: 13 out. 2025.

GOHN, M. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 28-43, jan. /abr. 2009.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BAXTER, N. **Press**. 2019. Disponível em: https://www.nataliebaxter.com/press. Acesso em 22 nov. 2024.

PALHARES, J. A. Reflexões sobre o não escolar na escola e para além dela. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 22, n. 2, 2009, p. 53-84.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder:** crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PERONI, V. M. V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem fronteiras**. v. 13, n. 2, p. 234255, maio/ago. 2013.

ROMAN, E. Retalhos de lembranças: costurando memórias da infância. **Anais Congresso de Educação, Interdisciplinaridade e Práticas Escolares,** *[S. l.]*, v. 1, n. 3, p. 01–16, 2025. DOI: 10.56579/eduinterpe. v1i3.2273. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/eduinterp/article/view/2273. Acesso em: 24 out. 2025.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.87

TORRES, C. A. **A política da educação não-formal na América Latina**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. p. 19-65, 1992.

VALLA, V. Educação não formal: novidade do século XX? O fenômeno visto de uma abordagem histórica. **Proposta**: revista a serviço da educação de base. Junho, 1977.

Submetido em: 30 de Março de 2026

Aprovado em: 07 de Abril de 2026

Publicado em: 10 de Abril de 2026

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional